



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EQUIPAMENTOS
DIRECÇÃO REGIONAL DOS EQUIPAMENTOS E TRANSPORTES TERRESTRES

07467-VVC

Fax

Para: À Firma
Engivia - Consultores de
Engenharia, S.A.

A/C:

Exmo. Sr.

Eng. António Vaz Pato

Fax Nº: 217160858

De:

Direcção de Serviços de Estradas

N/Ref: S-DRETT/2009/805

Nº Págs:

1+5

V/Ref:

Data:

16-04-2009

Assunto: Projecto de Execução da Variante à Vila de Capelas - procedimento de AIA

Conforme abordado anteriormente, vimos informar V. Exas. que, por decisão do Exmo. Director Regional dos Equipamentos e Transportes Terrestres, o projecto da Variante a Capelas deverá ser submetido a processo de AIA.

Conforme o parecer que obtivemos da Direcção Regional do Ambiente (que se anexa), não é absolutamente clara a sua obrigatoriedade, no entanto, atendendo ao exposto nas conclusões do referido parecer e com o enquadramento enunciado no ponto 1. dessas conclusões, designadamente o da alínea b) do nº 7 do Anexo I do Diploma AIA, considera-se que este projecto deve ser sujeito a procedimento de AIA.

Nesta conformidade, solicita-se a V. Exas. que sejam tomadas as diligências necessárias neste sentido.

Com os nossos cumprimentos

A CHEFE DE DIVISÃO DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO

Maria Natália Moreira Silva

ID: NS

Dist: 2008/1322



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR
Direcção Regional do Ambiente

Exmo. Sr.

Director Regional de Obras
Públicas e Transporte Terrestre
Largo do Colégio n.º 4

9500-046 PONTA DELGADA

Sua Referência
S-DROPP/2008/3455

Sua Comunicação

Nossa Referência
49.0.5/1
SAI-DRA.2009.144

Horta,

27 JAN 2009

**ASSUNTO: PROJECTO DE EXECUÇÃO DA VARIANTE À VILA DAS CAPELAS,
NECESSIDADE DE PROCEDIMENTO DE AIA**

Relativamente ao pedido de informação sobre o assunto em título, esta Direcção Regional, na qualidade de Autoridade de AIA, tem a referir o seguinte:

Pela tipologia do projecto, a sua inclusão nos anexos do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, alterado e republicado através do Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, (Diploma AIA), efectivamente apenas se poderia fazer numa das seguintes alíneas:

- Alínea b) do n.º 7 do Anexo I do Diploma AIA - Construção de auto-estradas e de estradas destinadas ao tráfego motorizado, com duas faixas de rodagem, com separador, e pelo menos duas vias cada, e
- Alínea c) do n.º 7 do Anexo I do Diploma AIA - Construção de itinerários principais (IP) e de itinerários complementares (IC), de acordo com o Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de Julho, em troços superiores a 10 km.
- Alínea e) do n.º 10 do Anexo II: para os casos gerais: os IP, os IC e ainda as estradas nacionais e estradas regionais, de acordo com o Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de Julho, com troços \geq 10 km ou todas as estradas nacionais e estradas regionais se situadas dentro das áreas sensíveis.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR
Direcção Regional do Ambiente

Contudo, a partir da leitura do exposto, conclui-se imediatamente que o empreendimento não fica abrangido pelo exposto na alínea c) do n.º 7 do Anexo I do Diploma AIA, por não ser uma IP ou IC.

Assim, as dúvidas relativas à inclusão do projecto nos anexos do Diploma AIA incidem sobre se este fica inserido no caso geral da Alínea e) do n.º 10 do Anexo II (estradas nacionais e estradas regionais, de acordo com o Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de Julho, com troços ≥ 10 km) ou na Alínea b) do n.º 7 do Anexo I, cujas características são independentes do comprimento da estrada.

Relativamente à alínea b) do n.º 7 do Anexo I do Diploma AIA, a descrição corresponde ao teor da tradução para português da versão original da Directiva 85/337/CEE do Conselho, de 27 de Junho, com as alterações introduzidas pela Directiva 97/11/CE do Conselho, de 3 de Março de 1997, e a respectiva interpretação tem originado dúvidas a vários actores do procedimento de AIA, sobre qual tipologia de estrada que se pretende realmente abranger.

Deste modo e para esclarecer esta dúvida, o Instituto de Ambiente (IA), presentemente Agência Portuguesa de Ambiente, na qualidade de Autoridade Nacional de AIA, emitiu uma nota técnica onde refere que a Directiva remete as suas definições para o "European Agreement on Main International Arteries" e com base nesse documento conclui:

"...tem sido entendimento do IA que uma via rodoviária, com extensão inferior a 10 km, com duas faixas de rodagem, separador central e pelo menos duas vias cada, em que seja permitida a circulação de peões, a paragem e o estacionamento na via e em que os cruzamentos não se fazem através de passagens desniveladas, não é uma auto-estrada nem se configura como uma via rápida. Com base no exposto, tem sido considerado que uma via com as características mencionadas não se enquadra no Anexo I, ponto 7 b) nem no ponto 7 c)."

Deste modo, embora na exposição do ofício da DROPTT se reconheça que está previsto em parte do troço da variante à Vila das Capelas, um separador central entre duas faixas de rodagem, cada uma com duas vias, a Direcção Regional que V. Exa. tem a honra de dirigir terá de confirmar se neste segmento estão previstas passagens desniveladas ou se será interdita a circulação de peões, a paragem e o



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR
Direcção Regional do Ambiente

estacionamento na via. Nestes casos, o projecto fica imediatamente sujeito a um procedimento de AIA, ao abrigo da presente da alínea b) do n.º 7 do Anexo I do Diploma AIA, independentemente do seu comprimento.

Relativamente à alínea e) do n.º 10 do Anexo II, a dúvida consiste em saber como deve ser contabilizada o comprimento da estrada e o método não surge explicado no Diploma AIA.

Nos procedimentos realizados anteriormente nos Açores não têm sido contabilizados os pequenos acessos de uma nova estrada à rede viária existente para o comprimento total do projecto. Contudo, as novas vias principais a construir já estavam incluídas nos Anexos do Diploma AIA, não se colocando o problema.

No presente caso é referido que a variante possui 9,1 km sem a inclusão do acesso, mas que a extensão sobe para 10,4 km se o mesmo for considerado. Deste modo deduz-se que um acesso aumenta a extensão da obra em mais de 10%. Portanto, um único projecto acessório é responsável por uma fracção significativa da extensão total de todos os projectos englobados e, inclusive, suficiente para que o conjunto passe a situar-se dentro do limite inferior da dimensão que obriga à realização de um procedimento de AIA.

Face ao exposto e tendo em conta o historial de procedimentos de AIA nos Açores, a estrada não estaria imediatamente abrangida pelo regime de AIA. Contudo tal não se baseia em nenhuma definição ao abrigo do Diploma AIA, mas apenas numa metodologia utilizada pelos intervenientes em obras públicas. Nesta situação, estar-se-ia perante um projecto principal cuja dimensão estaria no limiar dos definidos no Anexo, mas onde a adição de um projecto acessório necessário à obra implica a sua inclusão imediatamente.

Como a dimensão do projecto principal já é muito próxima do limiar inferior dos empreendimentos imediatamente sujeitos a procedimento de AIA, no caso da DROPTT concluir que o projecto não fica abrangido pela alínea b) do n.º 7 do Anexo I do Diploma AIA, esta Direcção Regional é de parecer que se deve considerar os dois primeiros critérios expostos no n.º 1 do Anexo V: "Dimensão do projecto" e "Efeitos cumulativos relativamente a outros projectos" e sujeitar o empreendimento ao abrigo do n.º 4 do Artigo 1.º do Diploma AIA.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR
Direcção Regional do Ambiente

CONCLUSÃO

Não é absolutamente evidente que o projecto tenha de se sujeitar a procedimento de AIA, mas, cautelarmente, é parecer desta Direcção Regional que o mesmo deve ser sujeito a um procedimento de AIA.

Contudo, mesmo considerando a inclusão do projecto no Diploma de AIA e independentemente da estrada se situar fora de qualquer área sensível, subsistem ainda vários aspectos a esclarecer para se deduzir qual dos seguintes três enquadramentos Diploma AIA se deve aplicar:

1. Na alínea b) do n.º 7 do Anexo I do Diploma AIA, se ao longo do traçado houver passagens desniveladas ou não for permitida a circulação de peões, a paragem nem o estacionamento na via, caso que obriga imediatamente ao procedimento de AIA, sem depender de interpretações desta autoridade de AIA ou da DROPTT
2. Na alínea e) do n.º 10 do Anexo II, caso a DROPTT considere a extensão total de todos os troços do empreendimento, incluindo o projecto associado do acesso à Vila das Capelas, devido à sua significância relativa na dimensão global do projecto;
3. Por decisão da própria DROPTT, ao abrigo do n.º 4 do Artigo 1.º do Diploma AIA, caso em que não é considerado no projecto principal a ligação a Capelas, para não se abrir um precedente de contabilizar um projecto acessório no empreendimento principal, mas onde se tem em conta os potenciais efeitos cumulativos entre uns e outros projectos, com base nos critérios do Anexo V, dado se tratar de um projecto próximo do limiar inferior dos incluídos no Anexo II.

Qualquer um dos três casos não necessita da realização de um despacho conjunto dos Secretários Regionais da Ciência, Tecnologia e Equipamentos e do Ambiente e do Mar a exigir a realização de um procedimento de AIA.

É importante ficar claro que o projecto não fica inserido no Anexo I, pois neste caso o procedimento é mais longo.

O único cenário para não se realizar um procedimento de AIA seria, não se verificar o caso 1 e simultaneamente a DROPTT recusar considerar os casos 2 e 3, bem como os Secretários Regionais da Ciência, Tecnologia e Equipamentos e do Ambiente e do Mar não pretenderem emitir qualquer despacho conjunto, havendo apenas o risco de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR
Direcção Regional do Ambiente

algum cidadão discordar da decisão, reclamar para instâncias Europeias e estas serem de parecer que se deveria ter considerado a segunda ou a terceira situação acima expostas, com os consequentes efeitos em termos de sanções ou criação de desconfianças institucionais.

Com os melhores cumprimentos

O DIRECTOR REGIONAL DO AMBIENTE

Frederico Cardigos

CF/